

O futuro incerto do jovem rural

The uncertain future of rural youth

*Ezequiel Redin**

Resumo: Objetiva-se discutir as relações entre o jovem rural e sua possível desvinculação do campo. A análise baseia-se nos argumentos que suplantam a saída do jovem do rural: um parceiro para manter vida social; a educação superior; a autonomia financeira desvinculada da família; a busca de lazer e entretenimento; um status mediatizado do jovem urbano; a possibilidade de oportunidades de crescimento pessoal. Nesse sentido, também se torna interessante evitar as dificuldades do meio rural como: as precárias condições de trabalho; a dificuldade de acesso ao meio urbano; o isolamento cultural, social e político no meio rural; falta de uma estrutura de apoio; a inexistência de acesso as tecnologias de informação no campo, etc. O estudo possibilitou evidenciar o poder oligárquico tradicional do imperialismo urbano, onde o jovem rural é colocado como responsável pelo movimento migratório para as cidades. Por fim, questiona-se as políticas públicas e a invisibilidade construída sobre a juventude.

Palavras-chave: jovem rural, desenvolvimento rural, agricultura familiar, rural

Abstract: The objective is to discuss the relations between the rural youth and their possible decoupling of the field. The analysis is based on arguments that supersede the output of the rural youth: a partner to maintain social life, higher education, financial autonomy divorced family, the pursuit of leisure and entertainment, a mediatized status of the young city, the possibility opportunities for personal growth. In this sense, it also becomes interesting to avoid the difficulties of the rural as the precarious working conditions, the difficulty of access to urban, cultural isolation, social and political development in rural areas, lack of a support structure, the lack of access information technology in the field, etc.. The study made it possible to highlight the traditional oligarchic power of imperialism urban, where rural youth is placed in charge by the migratory movement to the cities. Finally, we question the policies and invisibility built on youth.

Keywords: rural youth, rural, family farmers, rural

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 26/08/2014; aprovado em 30/11/2014

*E-mail: jezequielredin@gmail.com

INTRODUÇÃO

Jovem rural, tema contemporâneo na imersão das discussões que envolvem a agricultura familiar, a sucessão da terra, o desenvolvimento rural, a segurança alimentar, a reprodução social da família, as futuras interações e estratégias de desenvolvimento, enfim, a esta categoria é posta uma responsabilidade imensa sob as perspectivas vindouras do espaço social rural. Contrapondo a isso, percebe-se um status construído na sociedade urbana onde existe a possibilidade de oferecer ao jovem um mundo imaginário que se traduz na seguinte afirmação: “outro mundo é possível”. Pensando, desse modo, que o jovem rural se propõe a buscar na sociedade urbana seu espaço, contudo, muitas vezes, volta ao rural frustrado por não desfrutar de todos aqueles bens e serviços tanto midiatisados nos meios de comunicação. Nessa breve afirmação não se pretende afirmar que todos os casos conhecidos tenham como produto final a “volta ao rural”. Muito pelo contrário, têm-se muitos exemplos de jovens que saíram do campo e tiveram uma trajetória de luta e sucesso no meio urbano e outros que nem tanto, mas não tiveram a possibilidade de voltar.

Este artigo mostra, através do marco teórico, alguns estudos sob o jovem rural na perspectiva da agricultura familiar. Apontam-se, brevemente, argumentos e pesquisas que devem ser consideradas neste campo, sob a perspectiva do jovem continuar as atividades da família ou buscar um espaço na sociedade urbana. Este trabalho, portanto, pretende de forma singela fazer um levantamento e apontar um redimensionamento para as futuras pesquisas e a necessidade de intervenção do Estado neste campo vindouro dos debates sob esta categoria social. Em outras oportunidades analiso os jovens rurais sob a organização de associações como em Redin et al. (2008) e Redin (2009). Nesse momento, prospecta-se vigorar o debate teórico sob o jovem no rural.

Sob uma breve análise, anota-se que a Agricultura Familiar vem sofrendo uma ação de revalorização, processo este desvinculado a uma história das políticas agrícolas que excluíram o produtor de pequena escala no âmbito da modernização. A década de 90 revigorou-se os debates e o incentivo aos produtores familiares, mas no mesmo momento, verificou-se que a modernização da agricultura, tem provocado muitas mudanças no cenário social, refletindo diretamente na sua estabilidade e sua competição com os agricultores patronais. Nesse contexto, percebe-se que os jovens rurais sentiram-se pressionados ao trabalho no campo, que por muito tempo foi desvalorizado pela sociedade.

Portanto, esta invisibilidade do jovem rural, diante da base analítica como das políticas de intervenção estatal, tiveram reflexos na tomada de decisão sobre o seu futuro profissional. Elementos caracterizadores sobre a migração/êxodo do jovem são circunstanciais na tentativa de conseguir autonomia e diminuir a hierarquia familiar.

Por outro lado, o jovem rural busca na sociedade urbana o status que não conseguiria como filho de agricultor.

Discorrer sobre a relevância da agricultura familiar, da questão agrícola, da questão agrária e das múltiplas interfaces sobre o futuro do desenvolvimento do meio rural parece uma tarefa de substancial relevância para equipar-se de elementos que poderão servir para futuras intervenções, mobilizando estratégias de reprodução econômica e social nas unidades de produção agrícola. Outrora, esse processo não se mostra eficaz se as futuras gerações repudiarem a lida no campo. Nesse sentido, que se atenta para a sucessão da agricultura familiar e o jovem rural.

Tema tão debatido sob perspectiva do esvaziamento do meio rural, da perplexa migração, da masculinização do campo, entre outros vários elementos que se empregam para designar a falta de perspectiva dos jovens com o campo. Corrobora-se que a necessidade de políticas públicas que integrem a juventude rural pode ser considerada uma das estratégias de enfrentamento e da dispersão no campo. Entretanto, nota-se, muitas vezes, que nem sempre a migração do jovem rural está ligada a falta de condições básicas neste espaço, mas de um complexo contexto que envolve muito mais que a relação estritamente econômica, propriamente dita.

A necessidade do jovem rural parte, antes de tudo, do contexto contemporâneo que está inserida, atualmente, a sociedade urbana. Portanto, alguns motivos que conduzem esse movimento migratório podem estar atrelados a busca de alguns fatores a contar: a) um parceiro para manter vida social; b) a educação superior; c) a autonomia financeira desvinculada do chefe da família (pai); d) a busca de lazer e entretenimento propiciada nos meios urbanos; e) a um status midiatisado do jovem urbano e f) a possibilidade de buscar oportunidades de crescimento pessoal. Nesse sentido, também se torna interessante evitar as dificuldades do meio rural como: g) as precárias condições de trabalho; h) a dificuldade de acesso ao meio urbano; i) o isolamento cultural, social e político no meio rural; j) falta de uma estrutura de apoio; l) a inexistência de acesso as tecnologias de informação da sociedade urbana no campo (sinal de celular, sinal de internet, etc.), entre outros. Nesse sentido, que busca-se no marco teórico algumas pontuações a respeito da dinâmica que se estabelece no meio rural contemporâneo.

Jovem rural e as dificuldades avessas ao desenvolvimento da família

Quando se trata de estudar e compreender o meio rural, em boa parte dos casos, aponta-se para problemas econômicos sobre a produção e comercialização que estão diretamente vinculados a agricultura. Na sistematização de Pinheiro e Carvalho (2003), os problemas da agricultura podem ser distribuídos em quatro: a) baixos rendimentos da atividade agrícola; b) da variabilidade dos preços e das

produções; c) dos problemas estruturais; e d) dilapidação dos recursos naturais.

Entretanto, para Fialho (2010), quando a discussão expande a faixa estritamente econômica, incorpora o âmbito territorial, precisamos destacar, no rural, outros problemas, além dos agrícolas, que exigem determinada generalização dos conteúdos referentes à intervenção estatal, passando de políticas agrícolas para públicas. Neste contexto, de acordo com as contribuições de Abramovay (1998), para suprir as necessidades da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos, ações de extensão rural, é imprescindível ponderar e reconhecer suas diferenciações internas e não tomar a agricultura familiar como um grupo compacto e homogêneo.

Com base nessas considerações, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, tem com objetivo fortalecer a agricultura familiar e contribuir na geração de empregos e renda nas áreas rurais e urbanas, intencionando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares. Dentre as inúmeras linhas do Pronaf¹ (Custeio, Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte, Microcrédito Rural e Mais Alimentos) destaca-se, nesse projeto, a linha específica do Jovem. Grosso modo, o crédito não é o único problema da migração dos jovens rurais para os centros urbanos como já se destacou. Evidentemente que o Pronaf é um programa amplo que não delega objetivos específicos que atentam para os jovens rurais. Corroborando, então com a afirmação de Castro (2009, p. 6) “Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude”.

Talvez o caminho para o desenvolvimento de intervenções, quando da sua construção, seria seguir as contribuições de Rodríguez (1993), em que as políticas deveriam ser integrais no sentido de encarar a problemática da juventude em todos os seus componentes e com uma perspectiva de conjunto, no marco das estratégias globais de desenvolvimento. Assim elas devem seguir alguns eixos: a) específicas, para responder com precisão as múltiplas problemáticas, sem esquemas preconcebidos; b) concentradas, no sentido de integrar todos os atores importantes; c) descentralizadas, para atingir os esforços de um plano local; d) participativas, para a integração dos jovens; e) seletivas, envolve o enfoque em relação aos jovens urbanos e rurais, em particular as mulheres jovens.

Invisibilidade, sucessão e inexistência de intervenção: um consenso teórico

¹ Informações indicadas no site do MDA. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>, Acesso em 01 de Julho de 2010.

A inexistência de ações de intervenção para a juventude rural no Brasil acarreta na exclusão social, como expressa Castro (2009, p. 18), “(...) seja pela invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas públicas, (...), seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural, afetada por questões ‘objetivas’ e ‘subjetivas’, ‘novas’ e ‘velhas’”. Corroborando com essa reflexão, Rua (1998) afirma que até existir uma inclusão mais efetiva ter-se-á uma situação mais ou menos prolongada de incômodo, de injustiça, insatisfação ou perigo, que alcança a categoria dos jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas.

Existe certo consenso entre os pesquisadores que o jovem é posto em segundo plano nas formulações de estratégias de desenvolvimento, sequer então, falar sobre o descaso do jovem rural na agricultura familiar propriamente dita. Durston (1999) argumenta que a criação de estratégias requer anular a invisibilidade que caracteriza os jovens na agricultura, pois a juventude é invisível para muitos projetos de combate à pobreza rural, é invisível para as organizações que tratam do tema no setor urbano e, ainda é invisível aos próprios sociólogos, que em suas pesquisas sobre os jovens, esquecem que existe uma juventude rural. Nesse sentido, Carneiro (1998) afirma que os jovens rurais ou filhos de agricultores ficam preenchendo o vazio estatístico composto pelos que ainda não ingressaram na vida ativa, esperando atingir a maioria para se tornarem visíveis à sociedade.

A pesquisa de Brumer et al. (2000) demonstra que as expectativas da permanência dos filhos na atividade agrícola estão condicionadas tanto aos fatores internos quanto aos externos concernentes às propriedades como da escolha profissional e da valorização da profissão de agricultor em relação a outras atividades, o modo de vida no meio rural, as relações de gênero (maiores ou menores chances para as mulheres), das relações entre pais e filhos, das oportunidades de acesso a atividades não agrícolas (por algum membro da família), da viabilidade econômica da propriedade e da qualificação necessária para ser um agricultor de sucesso no mercado.

A sucessão das propriedades rurais é vista como elemento relevante e que influencia na dinâmica produtiva da agricultura. Spanevello (2008) estudou a dinâmica sucessória na agricultura familiar sob a ótica das condições internas familiares, considerando que a sucessão, a permanência dos filhos no espaço dos pais na propriedade, pode ser esclarecida a partir de situações e/ou condições sociais e econômicas existentes no interior de cada estabelecimento. Para a autora, as condições econômicas e sociais são caracterizadas pelas disponibilidades de recursos econômicos e pela avaliação das atividades agrícolas que podem ser capazes de oferecer oportunidades ou restrições à sucessão dos filhos. A presença ou ausência de sucessores influencia decisivamente na dinâmica sucessória.

Champagne (1986) *apud* Brumer (2006), explica que a migração pode ser explicada pela rejeição à atividade agrícola. Para o autor, os filhos não querem ter o mesmo modo de vida de seus pais, portanto recusam sucedê-los na agricultura, sendo caracterizado como uma crise e identidade social. Nesta pesquisa Brumer (2006) identificou nos jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, dois aspectos decisivos e conflitantes na família: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar e a sua autonomia em relação aos pais. Para a autora, o primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos comumente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai, e o segundo é necessário mudanças nas relações familiares para proporcionar maior espaço para atuação dos jovens.

Paralelamente, Dirven (2001) afirma que no meio rural continuou um processo de migração, especialmente dos jovens com mais educação, emprego e crescimento da juventude mais educada em atividades não-agrícolas rurais. Ao mesmo tempo, uma proporção considerável da juventude rural que opta por migrar, não porque é sua primeira escolha, mas porque existem barreiras significativas para a sua integração em ambos os elementos, tanto produtivo como social da vida das suas comunidades rurais. Um desses obstáculos é a dificuldade de acesso à terra, um recurso finito, negociados em mercados altamente imperfeitos e para os quais a opção de locação é subdesenvolvido na área. Para Castillo (2000), na verdade, as barreiras à integração produtiva e social da juventude rural são muito elevadas e são concretizadas através de barreiras no acesso à terra da família, as consequentes dificuldades na obtenção de crédito por falta de garantias, as insuficientes oportunidades para arrendamento de terras e geralmente precisa ser o proprietário ou produtor responsável pela gestão da propriedade a ser objeto de assistência técnica e participar ativamente em organizações comunitárias e produtivas

No estudo sobre camponeses, agricultores e pluriatividade, Carneiro (1998), também identifica que são múltiplos os rumos dos estabelecimentos sem perspectivas sucessórias, podendo ser alugados para vizinhos que continuam na atividade agrícola, ficar abandonado ou ser vendido. Todavia, a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda têm algum apego a propriedade. Nesse sentido, Woortmann (1995) salienta que por detrás da presença do sucessor, reside o prosseguimento do projeto coletivo familiar, a reprodução da propriedade e o nome da família.

No relatório de pesquisa de Brumer e Spanevello (2008) a desistência dos filhos pela ocupação agrícola está fundamentada em distintas razões que vão desde a questão de renda, da penosidade do trabalho agrícola e a desvalorização da ocupação. Nesse contexto, Elias Nobert (1993) pontuando reflexões sobre o aumento da população após a migração dos povos considera que um dos principais motivos da mudança na estrutura das relações humanas e das instituições a elas correspondentes, é o acréscimo ou redução das populações. Assim, eles

também não podem ser isolados de toda a teia dinâmica das relações humanas e as mudanças ocorridas não podem deixar de perceber a natureza irresistível dessas forças sociais. Pontuando nesta reflexão, o processo de migração e não sucessão da terra pelos jovens influencia todo um contexto social, podendo esta sofrer consequências sobre a decisão do primeiro.

Êxodo rural e migração: as estratégias de famílias e jovens rurais

Recorre-se ao estudo de Camarano e Abramovay (1999) onde indicam que nas últimas seis décadas passadas o êxodo rural tomou proporções muito significativas. Entretanto, é na década de 90 que o fenômeno inicia um processo de mudança na composição etária e por sexo do êxodo rural alternando o tipo de população que habita o campo. A partir disso, a migração da mulher começa a aumentar migrando para o meio urbano na busca atividades terciárias. Os jovens rurais começam a também buscar novas oportunidades para complementar a renda da família ou para formar seus próprios lares devido o pouco capital da família. É crescente também, a partir desse momento, a proporção de moças para o meio urbano, segundo os autores, a explicação que mais é propícia para o êxodo rural feminino e jovem está na ligação entre os processos migratórios e a formação educacional onde as moças são mais valorizadas para o estudo do que os rapazes.

Com a continuidade do processo, as consequências são bem previsíveis como a masculinização e o envelhecimento no campo, cujo pode ser limitante para a retomada da proporcionalidade dos sexos no meio rural. Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural em contrapartida em 1996 o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos já superou 14%, o número de moças (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). A inclusão da dimensão da questão de gênero no desenvolvimento local também se depara crucial para a análise do rural e deve ser considerada, especialmente, pela ocorrência do processo de masculinização do campo (CARNEIRO E CASTRO, 2007). Essas afirmações, além de evidenciar a evasão de gênero, demonstram de fato que os jovens rurais distantes territorialmente dos centros educacionais pelo difícil acesso, processo característico no meio rural, querem também oportunidades para desenvolvimento intelectual. Para tanto necessitam ir para os centros urbanos, uma vez que afirma Rodríguez (1993, p. 38):

... La cantidad y calidad de los servicios públicos a los que tienen acceso en cada caso se han sido paulatinamente separando a lo largo de las últimas décadas, lo que ha redundado en que los jóvenes de medio rural tengan hoy, como se sabe, menor educación, menores ingresos, menos capacitación y más escasas oportunidades

de desarrollo personal y social futuro, que los jóvenes urbanos.

Cassol (1984) postula enfaticamente que existe a necessidade de intervenção Estatal, pois é fundamental a necessidade de conscientização das partes político-partidárias para que se possa elaborar um plano global, sem paternalismo e sem demagogia. Almeja-se caminhos que se inclinam a soluções urgentes, a fim de evitar que futuras gerações se desprendam totalmente da terra, o que representaria o caos de uma Nação em desenvolvimento, tendo sua economia e a sua salvação justamente na produção agropecuária. No entanto, Durston (1998, p. 35) afirma que “Los programas para la juventud rural no deben exagerar su preocupación por el futuro y la preparación de los jóvenes para jugar un rol en el desarrollo cuando lleguen a ser adultos”.

A continuidade da agricultura familiar, como se refere Brumer et. al (2005), está ligada à disposição dos jovens filhos dos agricultores em suceder seus pais. Consequentemente, a não sucessão e o processo de êxodo dos jovens para os centros urbanos são percalços para o desenvolvimento da agricultura familiar. Talvez, a compreensão de Carneiro (1999) explica, em parte, o desinteresse pela sucessão quando afirma que o meio rural é um espaço heterogêneo, diversificado e também agrega atividades não agrícolas, sendo que a juventude rural é a faixa demográfica mais afetada pela dinâmica das perdas de fronteiras entre o rural e o urbano. Isso faz com que o jovem rural almeje uma condição de vida urbana, atraindo-o por diferentes motivos: a) acesso a educação mais qualificada e universidades, b) oportunidade de trabalho proporcionando sua própria renda, c) lazer mais acessível, entre tantos outros. Tais elementos condicionam expectativas individuais próprias e diferenciadas.

Siqueira (2004) verificou em sua pesquisa sobre os jovens rurais comparando o município de Candelária e Santo Cristo/RS que, em ambas, a educação formal representa uma estratégia para mudar de vida como decorrência um status maior na sociedade. A maioria dos jovens que pesquisou revelou que pretendiam continuar seus estudos na faculdade, sendo que grande parte dos casos, os cursos escolhidos não tem relação alguma com a área das Ciências Agrárias. Schneider (2008) pesquisou os jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) percebendo que a instituição oferece aos jovens rurais um amplo leque de possibilidades, mas inferir que o Cedejor incentiva a permanência no campo e o desenvolvimento local seria um exagero, segundo a autora.

Sacco dos Anjos e Caldas (2005) delegam ao modelo de modernização conservadora da agricultura o responsável pelas transformações no meio rural da Região Sul do Brasil como consequências a masculinização e no envelhecimento populacional. Nesse sentido, a pesquisa de Rauber (2010) objetivou analisar o índice de masculinidade da população rural nos diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul e percebeu que não existe

diferenciação estatística entre os sistemas agrários nos estratos de crianças e jovens, enquanto a população adulta já demonstrou. A autora afirma que a população idosa assumiu três comportamentos diferenciados: a) predomínio feminino moderado nas regiões de agricultura familiar; b) predomínio masculino moderado nas regiões de agricultura mecanizada; c) predomínio masculino intenso nas regiões pecuaristas.

Talvez isso possa ser explicado, conforme orientação de Sacco dos Anjos e Caldas (2005), onde afirmam que a histórica carência de infra-estruturas e de serviços sociais imperante nos espaços rurais de um país que se urbanizou de um modo drástico e invariavelmente desordenado deve ser analisada, e como fruto disso, as oportunidades de ocupação e trabalho são absolutamente restritas tanto para as mulheres adultas quanto para os jovens em geral, os quais se expõem fortemente condicionados pelo ritmo ditado pelos anseios de uma atividade agrária que segue reduzindo seu apetite em termos de trabalho. Os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio familiar vigentes entre as populações rurais nessa região são enraizados na tradição cultural de descendentes de imigrantes europeus que excluem a mulher da condição de herdeira potencial dos bens e, fundamentalmente, da terra.

Por outro lado, a dicotomia entre o ficar e o sair do jovem no campo foi título da tese de Elisa Guaraná de Castro onde estuda a categoria jovem rural em um assentamento rural da Baixada Fluminense e demais áreas próximas interligadas por redes sociais. O esforço em compreender, de certo modo, a identidade do jovem rural e a sua decisão em ficar ou sair da propriedade é interpretada a luz das concepções empíricas. A saída do jovem rural pode significar uma maior autonomia em relação a autoridade paterna, mas não a sua desvinculação das redes sociais dos assentamentos (familiares, vizinhos e amigos). A saída de casa faz uma ruptura com a subordinação e a dependência econômica da família afirma Castro (2005). Aliás, aspecto este preponderante na tomada de decisão do jovem rural onde prezam por tentar diminuir a hierarquia e a autoridade vinculadas a relação familiar.

Corroborando com as análises teórico-empíricas, o trabalho realizado por Spanevello & Vela (2003) onde estudaram 56 jovens de Nova Palma/RS, evidenciou que mesmo com espaços para o jovem participar na sociedade, há falta de união entre eles e pouco diálogo. Além disso, os autores salientam a inexistência de grupos e associações exclusivas da juventude (com exceção dos grupos formados e mantidos pela igreja católica) agregada à quase nula participação dos jovens em instâncias reivindicatórias como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, são exemplos que os autores diagnosticaram como um elemento que limita o desenvolvimento do jovem no meio rural. Caso diferente do que acontece em Arroio do Tigre, onde a organização dos jovens rurais, através da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI) possibilita e motiva sua inserção nos espaços

e discussões sociedade como apontado em Redin et al. (2008) e Redin (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um consenso na base analítica teórica que a inexistência de intervenção Estatal sob o âmbito de políticas públicas agrava os problemas com a juventude rural como Abramovay (1998), Rodríguez (1993), Castro (2009), Rua (1998), Durston (1999), Carneiro (1998), Cassol (1984), entre outros. Como consequência condiciona, de certo modo, a saída do campo, caracterizando o processo migratório. Evidentemente, é necessário, relevante e fundamental a formulação e aplicação de políticas para a permanência dos jovens rurais, contudo, independente desta acredita-se que é necessário algo mais para a sua permanência.

Como percebemos a interface teórica fornece diferentes elementos para o estudo do jovem rural tanto em relação a identidade, sucessão rural, a migração do jovem, êxodo rural, a masculinização do campo, a educação rural, etc. Diversos são as temáticas de estudo e múltiplas são as realidades alocadas a cada região. Evidentemente, não se conseguirá abordar todos os autores que tem o mérito de compreender essa categoria. Entretanto, fica evidente que a invisibilidade teórica já começa a ficar suprimida pelas pesquisas nacionais apontadas até então, ou pelo menos, já se tem um singelo avanço. Já a invisibilidade ao Estado necessitará um progresso muito mais dispendioso, significativo e mais relevante, pois atuará na sua realidade.

No que tange os elementos motivadores para a migração do jovem rural destaca-se aqui, o imperialismo urbano que adota certos comportamentos e uso de bens e serviços que condicionam ao restante da sociedade uma responsabilidade de seguir essas recomendações, como forma de manter um padrão mínimo sob as exigências do capital. Como nas cidades interioranas do país esse processo é mais demorado (ainda, muito mais no meio rural dos respectivos municípios) os jovens buscam a ascensão profissional fora da perspectiva agrícola para conseguir melhorar as condições financeiras e ser reconhecido na sociedade. Grosso modo, entende-se que, a partir disso, vem conjugado a melhoria na qualidade de vida e perspectivas muito melhores daquelas providas da agricultura, onde o esforço físico é bem maior e o suor bem mais latente. Entretanto, nem sempre isso se concretiza e a volta ao rural acontece, quando isso ainda é possível, ao contrário, amargura-se a decisão tomada, que não teve êxito.

Por fim, é necessário concordar com a gama de autores que suplantam a necessidade de políticas interventoras no meio rural, mas não se pode ficar ponderando que somente isso basta. É necessário, além de tudo, um processo de reconhecimento do jovem rural pela sociedade urbana, mas não um prestígio inócuo. Reverter o quadro de desvalorização, invisibilidade e, acima de tudo, proporcionar ao rural as mesmas condições de

acesso a bens e serviços promovidos no meio urbano já se mostra um grande avanço. Necessariamente, ainda se tem um enorme caminho a trilhar. Ao contrário, a incerteza vai rondar na racionalidade do jovem e o futuro tende a permanecer obscuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

AJURATI. **Estatuto da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre**. Arroio do Tigre: Registro de Imóveis, 1996.

BRUMER, A. et al. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: X Congresso da Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000.

BRUMER, A.; PANDOLFO, C.G.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 2006. Quito, Equador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.alasru.org/cd alasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>, Acesso em 23 de Julho de 2010.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama nos últimos 50 anos**. 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0621.pdf>>, Acesso em 27 de Jul. de 2010.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: F. C. TEIXEIRA DA SILVA et al. (orgs.), **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.

- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASSOL, A. L. **Êxodo Rural: Colonização e Ecologia**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- CASTILLO, P. A. P. **Juventudes rurales como agentes de desarrollo del sector – ventajas y barreras para la acción**. (Trabalho de Graduação), Faculdade de Agronomia, Universidade de Chile, 2000.
- CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**, 2009. v. 7, p. 179-208.
- DIRVEN, M. La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano: propuestas preliminares. In: el **VI Congreso de Economistas Agrarios de Chile** “Gestión de Transferencia Tecnológica en la Agricultura” 29-30 de Novembro de 2001. **Anais...** Santiago do Chile, 2001.
- DURSTON, J. Juventud y Desarrollo Rural: marco conceptual y contextual. **Serie Políticas Sociales**, Santiago do Chile, 1998. p. 1-41.
- DURSTON, J. A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. **Idéias & debate**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, n. 27, 1999.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- FIALHO, M. A. V. **Rincões de Pobreza e desenvolvimento: Interpretações sobre o comportamento coletivo**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2005.
- FIALHO, M. A. V. Interfaces entre desenvolvimento rural, políticas públicas e atores sociais para o desenvolvimento territorial. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, SOBER, 2010. p. 1-21.
- PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e Política Agrícolas**. Edições Silabo, Lisboa-Portugal. 2003.
- RAUBER, C. C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul – análise a partir dos sistemas agrários**. (Dissertação de Mestrado) Santa Maria: PPGExR/UFSM, 2010.
- REDIN, E. et al.; O jovem rural, perspectivas e desafios no enfrentamento ao êxodo: o caso da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre –AJURATI-. **2º Encontro Juventude, Consumo e Educação**, Núcleo de Editoração e Criação- Gráfica UFRGS, 2008, v.2, p. 113-129.
- REDIN, E. Relações entre trabalho e lazer do jovem rural. **3º Encontro Juventude, Consumo e Educação, Anais...** Porto Alegre: ESPM, 2008.
- RODRÍGUEZ, E. Los desafios de fin de siglo y la problemática juvenil rural en América Latina. 1993. CEPAL (Org.) **Juventude Rural: Modernidad y democracia en América Latina**, Santiago de Chile: Naciones Unidas, UNICEF e OIJ, 1996. p.33-54.
- RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.
- SCHNEIDER, C. P. **Agricultura Familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008.
- SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2004.
- SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008.
- SPANEVELLO, R. M.; VELA, H. A. **Os fatores limitantes ao desenvolvimento dos jovens rurais pertencentes à agricultura familiar do município de Nova Palma/RS**. Revista de Pesquisa e Pós-Graduação – Santo Ângelo, 2003.
- WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.